



ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
Núcleo de Apoio Regional de Guanhães

## AUTORIZAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0048999/2021-22

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **RIO DOCE**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL                     | NÚMERO DO DOCUMENTO     | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO          |
|---|-------------------------|--|
| Convencional  | 2100.01.0048999/2021-22 | NUCLEO DE APOIO REGIONAL DE GUANHÃES/URFBio RIO DOCE |
| <b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b> |                         |  |
| Nome: Helcio de Oliveira Quintão- ME                              |                         | CPF/CNPJ: 33.752.728/0001-29                         |
| Endereço: Fazenda do Bom Jesus, S/N                               |                         | Bairro: Zona Rural                                   |
| Município: FERROS   | UF:MG                   | CEP: 35800-000                                       |

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL**

|                                |        |                          |
|--------------------------------|--------|--------------------------|
| Nome: Edésia Carvalho Quintão  |        | CPF/CNPJ: 742.265.336-15 |
| Endereço: Fazenda do Bom Jesus |        | Bairro: Zona Rural       |
| Município: FERROS              | UF: MG | CEP:35800-000            |

**3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

|  |   |
|--|---|
| Denominação: Fazenda do Bom Jesus  | Área Total (ha): 127,643 ha<br>(conforme certidões) |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrículas 3342 e 3341  | Município/UF: FERROS/MG                             |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):MG-3125903-6EBC.20D4.C3EE.D560.3A99.F5E1.05DE.26B9 |   |

**4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA**

| Tipo de Intervenção  | Quantidade | Un |
|--|------------|----|
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | 1,2012     | ha |
|  |            |    |
|  |            |    |

**5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA**

| Uso a ser dado à área | Especificação   | Área (ha) |
|-----------------------|---|-----------|
| Mineração             | A-03-01-8 - Extração de areia para utilização imediata na construção civil. | 1,2012    |
|                       |   |           |

**6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

| Bioma/Transição entre Biomas | Área (ha) | Fisionomia/Transição              | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
|------------------------------|-----------|-----------------------------------|------------------------------------|-----------|
| Bioma Mata Atlântica         |           | Não haverá supressão de vegetação | -----                              | -----     |
|                              |           |                                   |                                    |           |

|        |  |  |        |       |
|--------|--|--|--------|-------|
|        |  |  |        |       |
|        |  |  |        |       |
| Total: |  |  | Total: | ----- |

**7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO**

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|--------------------|---------------|------------|---------|
| Não há subproduto. |               |            |         |
|                    |               |            |         |
|                    |               |            |         |

**8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA**

**Nome:** Aline Gonçalves da Silva - Coordenadora do Núcleo de Apoio Regional - NAR / Guanhães

**MASP:** 1449918/0

Data da Vistoria: 10/09/2021.

**9. VALIDADE**

Data de Emissão: 30/09/2021

Data de Validade: 30/09/2024

3 (três) anos

OU

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental.

Observações:

***ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.***

**10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA**

| Tipo de intervenção | Datum | Fuso | Coordenada Planta (UTM) |   |
|---------------------|-------|------|-------------------------|---|
|                     |       |      | X                       | Y |
|                     |       |      |                         |   |

|  |                  |     |          |           |
|--|------------------|-----|----------|-----------|
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | UTM, Sirgas 2000 | 23K | 706429 E | 7874275 S |
|  |                  |     |          |           |
|  |                  |     |          |           |

**11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)****Medidas mitigadoras:**

- Os serviços de manutenção deverão ser realizados fora da área do empreendimento e longe do curso hídrico, em locais próprios para esta atividade. Caso ocorra a necessidade de eventual manutenção de emergência dentro da área do empreendimento, os seguintes procedimentos deverão ser adotados:
  - Forrar, com lonas impermeáveis, o local onde será realizada a manutenção;
  - Se houver a necessidade da realização de esgotamento de óleo (ou substâncias oleosas), este deve ser realizado utilizando-se recipientes metálicos, como latas, baldes ou lixeiras;
  - Ao término da manutenção do equipamento, todos os materiais utilizados para a realização da mesma devem ser limpos com pano ou estopa. Os resíduos que contiverem substância oleosa devem ser destinados para local adequado para os mesmos.
- Implantação de um sistema de drenagem das águas superficiais na área do empreendimento e águas residuárias, visando delimitação e isolamento da área de extração.
- Estabelecimento de velocidade de caminhões constante em 30 km/h na estrada de terra.
- Nos casos previstos de depósito de areia em APP e/ou caixote em APP, deverão ser construídas paliçadas ou leiras de proteção, visando delimitação da área utilizada no processo minerário na APP restante, direcionando toda a água residuária para o lado oposto ao curso d'água, passando pelas caixas de decantação, antes do direcionamento para o curso d'água.
- Proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade.
- Medidas físicas e vegetativas ( plantio de vegetação rasteira e outras) gerais de controle erosivo de toda a área e da APP.
- Fazer o uso de lixeiras adequadas para a coleta dos resíduos gerados e sua correta destinação.
- Realizar educação ambiental aos funcionários envolvidos no empreendimento, para atendimentos às medidas mitigadoras.
- Executar demais medidas mitigadoras que foram necessárias, conforme as elencadas no PUP.

**MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 1,2117 ha, tendo como coordenadas de referência 706527 x; 7874602 y e 706826 x; 7874010 y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade plantio em quincênio, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

**12. OBSERVAÇÃO****Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

| <b>Item</b> | <b>Descrição da Condicionante</b>   | <b>Prazo*</b>                                     |
|-------------|---|---|
| 1           | Apresentar relatório após a implantação do PTFR indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | Fevereiro de 2021                                 |
| 2           | Apresentar relatórios simplificados da situação do Plantio do PTRF, com anexo fotográfico. Com senso do plantio (porcentagem da mortalidade/ se houve replantio...).  | Anualmente até conclusão do projeto               |
| 3           | Apresentar relatório após a implantação do PRAD indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | 7 meses após o encerramento da atividade da lavra |
| 4           | As apresentações acima deverão ser inseridas no Processo de liberação da Autorização para Intervenção Ambiental, salvo em casos de inexistência desse processo e/ou outros impedimentos à data, deverá ser criado novo processo, constando dentre os documentos a autorização.  | No momento de apresentação das condicionantes     |
| 5           | Quaisquer alterações nos cronogramas apresentados devem ser informadas ao órgão via Ofício no processo SEI.   | -----   |
| 6           | Esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS   | -----   |

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela***

***legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***